

EDITORIAL

O número 13 da Revista Direitos Trabalho e Política Social traz o tema: Pobreza, Trabalho e Proteção Social. Expressões da questão social, que se traduzem, conforme Yazbek (2003, p.63), em “carência de direitos, de possibilidades e de esperança” e se manifestam em infinitas variações e matizes, tanto nos países centrais como nos periféricos, como o Brasil, e deixam, cada vez mais evidente, o aumento crescente das desigualdades sociais, econômicas e políticas que acirram a pobreza e colocam desafios para a efetivação dos direitos humanos.

Cabe ressaltar, ainda, que nesse momento histórico marcado pela crise globalizada do capitalismo, e pela presença do neoconservadorismo, o racismo, que não é um elemento isolado, é sempre estrutural e integra a organização econômica e política da sociedade e se explicita como uma das formas de dominação, que viabiliza o processo de exploração contínuo presente no capitalismo, assume proporções alarmantes e conclama à implementação de atitudes e de práticas antirracistas voltadas para a diminuição das desigualdades.

Os doze artigos, assim como o manifesto que compõem este número da revista trazem reflexões importantes sobre temáticas prioritárias e indispensáveis ao debate das políticas sociais e apontam para a necessidade de que se decifre a realidade que está aí, marcada por tempos sombrios, é verdade, mas que descortinam a possibilidade de resistência e esperança.

Este número da Revista Direitos Trabalho e Política Social traz, acertadamente, o manifesto da Equipe de Extensão do Serviço Social, UFMT e Previdência Social: fortalecendo o coletivo, que

vem a público se manifestar contrária aos processos de desmonte da política de previdência social e de fragmentação do Serviço Social, que atua no INSS.

O artigo “Relevância da Pesquisa Científica nas Ciências Humanas e Sociais no Capitalismo Dependente”, das autoras Janaína Lopes do Nascimento Duarte, Fernanda Hermínio Trajano de Souza e Rebeca Sulamita Brasil de Lima, busca, através de pesquisa bibliográfica, tendo como referência a obra de Florestan Fernandes, compreender a pesquisa científica inserida nas Ciências Humanas e Sociais. Analisa os desafios e tensões que perpassam este tema, identificando como a universidade e a conjuntura interferem no processo de criação do conhecimento. Concluem pela necessidade da continuidade da luta em favor da pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais, tendo em vista seu potencial qualitativo na direção da transformação social e do padrão dependente educacional brasileiro.

Jonas Albert Schmidt, autor do artigo “Neoconservadorismo e a Desarticulação de Classe para o Enfrentamento da Contrarreforma da Previdência Brasileira”, parte da perspectiva de que a Previdência Social no Brasil, assim como em outros países, é uma das maiores Políticas Sociais existentes e possui enorme capacidade de criar reservas financeiras para seu financiamento e, conseqüentemente, para a diminuição das desigualdades sociais. Entretanto, desde a estruturação da Previdência dentro do modelo de Seguridade Social, implementado na constituinte de 1988, ocorre contrarreforma e recuos sem que haja um protagonismo social de efetivo enfrentamento por meio dos movimentos sociais. Como afirma o referido autor, não há no Brasil a cultura da defesa da Previdência, uma vez que nem mesmo a classe média brasileira se identifica, enquanto classe trabalhadora.

No artigo intitulado “Quem “Paga A Conta” da Saúde Mental na Era do Incentivo ao Trabalho Informal?”, as autoras, Marina Batista Chaves Azevedo de Souza e Isabela Aparecida de Oliveira Lussi, abordam os desmontes nas leis trabalhistas, desinvestimentos do governo atual em setores da saúde e na previdência social, o alto índice de desemprego e de informalidade no Brasil. Deve-se, conforme as autoras, analisar possíveis impactos dessas questões sobre os trabalhadores. Nesse sentido, o objetivo é discutir as implicações desses desmontes e do trabalho informal para a saúde mental dos trabalhadores. Por fim, chamam atenção para como é insuficiente “medicalizar” questões que, antes de serem patológicas, são sociais, econômicas e políticas. Deve-se, segundo essas, prioritariamente (re)pensar ações transformadoras das condições de trabalho.

Lucas Santos de Castro apresenta o artigo “Contribuição dos Clássicos da Sociologia para o Estudo da Organização Coletiva dos Trabalhadores”. O autor destaca a relevância da sociologia clássica para a análise dos fenômenos sociais, inclusive, a organização coletiva de trabalhadores, aqui entendida como os processos associativos nos quais os trabalhadores atuam conjuntamente, com um fim comum, por meio de sindicatos, associações ou quaisquer atuações coletivas de trabalhadores organizados. Para tanto, realiza uma breve revisão de literatura dos principais conceitos sociológicos constantes nos representantes da teoria clássica, que contribuem para o debate e o estudo das organizações coletivas dos trabalhadores.

José Francisco de Assis Dias e Gabriel Jasper Kracieski, no artigo “Conteúdo Jurídico do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana”, expressam o questionamento sobre qual é o conteúdo jurídico da dignidade da pessoa humana, considerando que a Constituição

Federal de 1988 trouxe a dignidade da pessoa humana como fundamento da República. Embasado metodologicamente, na pesquisa bibliográfica de obras essenciais à composição da resposta ao problema do conteúdo normativo do princípio da dignidade da pessoa humana, o texto apresenta, em um primeiro momento, uma contextualização histórico-filosófica do conceito; depois, analisa qual é o conteúdo jurídico da dignidade humana, sem prejuízo da necessária observação à teoria do Mínimo existencial, que busca conciliar a idealidade do princípio da dignidade humana com a facticidade das dificuldades orçamentárias estatais.

O artigo “O Direito dos Surdos: Vozes da comunidade surda do município de Campina Grande na Paraíba”, cuja autoria é de Anahid Burnett, Leonardo de Araújo e Mota e Emmanuella Faissalla Araújo da Silva, versa sobre o acesso garantido por lei aos serviços públicos das pessoas com necessidades especiais, e mais especificamente, dos deficientes auditivos. Para tal, utilizam como arcabouço teórico a literatura ancorada no *Desenvolvimento como liberdade* de Amartya Sen. Como pesquisa documental recorreram à legislação que assegura os direitos de acessibilidade à comunidade surda. Como metodologia empírica foi utilizada a técnica de grupo focal com representantes desta comunidade, para que pudessem se expressar livremente sobre suas experiências e seus direitos na esfera pública. Concluindo que, para a comunidade surda, a verdadeira inclusão só ocorrerá quando a LIBRAS for encarada e difundida como uma língua igual às outras.

Luís Henrique da Costa Leão, autor do artigo “Colonial Slavery, contemporary slave labour and workers’ health: a historiographical overview”, apresenta um debate conceitual sobre trabalho

escravo contemporâneo e saúde do trabalhador, além de apresentar uma esquematização organizativa dos estudos da relação saúde-trabalho-escravidão colonial e contemporânea, descrevendo três eixos temáticos: (a) saúde, trabalho e escravidão colonial; (b) as heranças da escravidão na atualidade; (c) os impactos do trabalho escravo contemporâneo na saúde, para destacar problemáticas a serem aprofundadas e para estimular uma renovada agenda de pesquisas acadêmicas e ações institucionais em saúde do trabalhador frente ao desafio premente do combate à escravidão contemporânea.

A “Uberização do Trabalho Frente à Pandemia de Covid-19 no Brasil” é o artigo apresentado por Fábio Cannas e nesse se reflete sobre o fenômeno do trabalho uberizado e seus rebatimentos, a partir da eclosão da Pandemia de Covid-19 no Brasil. Do ponto de vista metodológico optou pela realização de uma revisão bibliográfica com a contribuição da análise de conjuntura. Observou-se o crescimento do desemprego que atingiu patamares recordes no país, somado ao surgimento crescente do trabalho realizado por meio de aplicativos. O texto conclui que a agudização da crise econômica, decorrente dos efeitos da Pandemia, contribuiu estruturalmente para o aumento das desigualdades, o que vai gerar demandas, ainda maiores, de políticas sociais e proteção social da classe trabalhadora.

Estêvão Yamin, Juliana Carvalho Guedes e Luísa Fernandes Cordeiro apresentam o artigo “Reflexos da Informalidade na (Des) Proteção Social dos Trabalhadores”, em que buscam compreender o modo informal de trabalho e seus elementos explicativos, a fim de levantar reflexões e contribuir com subsídios para o fortalecimento da proteção social. Para tanto, pautaram-se no método dialético-crítico fundamentado no materialismo histórico para problematizar as

razões que levam os trabalhadores informais a estarem em tal condição de trabalho. Apresentam o impacto das políticas neoliberais na subjetividade da classe trabalhadora e a realidade da Seguridade Social em tempos de Estado Não-Democrático de Direito.

“Vacinação Contra Covid-19 no Brasil: Neoliberalismo, Individualização e Desigualdades” é o título do artigo apresentado por Laís Barbosa Patrocino e Érica Dumont Pena. As autoras realizam uma análise do processo de vacinação contra a Covid-19 no Brasil, com o objetivo de compreender sua constituição política, econômica e de distribuição social. A reflexão se baseia nas diretrizes nacionais para a categorização de grupos prioritários, bem como em dados atuais sobre o perfil socioeconômico e territorial da população vacinada no país. Aponta para um processo fortemente marcado pela política neoliberal, sobretudo, no que concerne ao esvaziamento das instituições públicas e a individualização das responsabilidades, que culmina em uma agudização das desigualdades e na fragilização do processo de imunização contra a Covid-19 no Brasil.

Rodrigo Teixeira Mendes Filho apresenta o artigo “Responsabilidade Criminal no Acidente de Trabalho: Crimes Omissivos Impróprios na Seara Empresarial e Adoção da Teoria da Imputação Objetiva”. A partir da constatação do alto número de acidentes de trabalho, que ocorrem no Brasil e no Mundo, o autor discorre sobre a responsabilidade penal dos responsáveis nesse tipo de evento. Situação que se revela bastante polêmica e desafiadora nos dias atuais. O contexto que envolve o acidente de trabalho acaba por atingir bens extremamente caros ao Direito Penal, como a vida e a incolumidade física do empregado. Assim, considerando as diversas obrigações inerentes à empresa, é possível compreender que o não agir

dos responsáveis, muitas vezes, representa uma omissão imprópria, penalmente relevante, que pode ocasionar riscos próprios ou alheios e ensejar uma imputação criminal.

No artigo “A devastação do trabalho e a cristalização da pobreza e da desigualdade na América Latina”, as autoras Suzana Przybyszewski Barros e Ruteléia **Cândida de** Souza Silva, tematizando os efeitos da reforma neoliberal, imposta pelo capitalismo central aos países periféricos, a partir da crise dos *anos dourados*, abordam as implicações dos ajustes impostos aos países da América Latina, diante de um ambiente de reestruturação produtiva e de aprofundamento da desigualdade e da pobreza. De cunho bibliográfico e documental, este artigo busca analisar alguns efeitos desses ajustes sobre as configurações do trabalho e, conseqüentemente, do aumento da desigualdade e da pobreza na América Latina. Como resultado, as aproximações teóricas apresentadas – submetidas à análise qualitativa – permitiram considerar que as transformações no Mundo do Trabalho intentam uma produção exponencial de riqueza, mas acabam por gerar aprofundamento da pobreza e da desigualdade social.

Este número traz, ainda, o Manifesto: os ataques à Previdência Social e em defesa da articulação coletiva de assistentes sociais e da universidade pública, da Equipe de Extensão Serviço Social, UFMT e Previdência Social: fortalecendo o coletivo. A equipe vem a público se manifestar contrária aos processos de desmonte da política de previdência social e de fragmentação do Serviço Social que atua no INSS.

Tânia Maria S. dos Santos